

PLANO NACIONAL ENERGIA E CLIMA

Gulbenkian, 28 de janeiro de 2019

Portugal tem sido um **país líder na ação climática e na promoção de energias de fonte renovável** e é reconhecido por isso a nível internacional.

Reduzimos as emissões em 22% desde 2005, não obstante a nossa meta nos permitir aumentar 1% até 2020.

Reduzimos o consumo de energia, estando em linha com as metas estabelecidas para a eficiência energética.

A incorporação de renováveis na produção de eletricidade aumentou 26 pontos percentuais neste período, atingindo os 54% em 2017. Em março de 2018, a produção renovável superou os 100%, assinalando mais um marco nesta evolução.

Portugal assumiu em 2016 o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, ou seja, o de alcançar um balanço neutro entre as emissões de gases com efeito de estufa e o sequestro de carbono.

Atingir a neutralidade carbónica em 2050 exige em Portugal uma **redução de emissões superior a 85% em relação às emissões de 2005** e uma **capacidade de sequestro de carbono de 12 milhões de toneladas**, a qual é superior à atual capacidade. Ou seja, passar de 68 para 12 Mt CO₂.

É na próxima década que devemos colocar um maior esforço na redução de emissões de gases com efeito de estufa, em linha com os resultados do relatório sobre 1,5°C desenvolvido pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) e com o apelo lançado pelas Nações Unidas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Portugal está entre os Estados Membros que apresentaram a proposta inicial do PNEC à Comissão Europeia dentro do prazo que foi estabelecido.

Embora o PNEC resulte de uma exigência Comunitária, espelha também aquela que é a visão defendida por este Governo, aliando as áreas da energia e clima.

Atingir a neutralidade carbónica exige acima de tudo uma verdadeira transição energética. O PNEC, hoje apresentado, traduz esta visão no horizonte 2030.

Em linha com as trajetórias de neutralidade, foram estabelecidas novas metas de redução de emissões, de incorporação de renováveis e de eficiência energética para 2030.

São metas com ambição, mas também com realismo, sustentadas no percurso que Portugal fez no passado e alinhadas com os desafios do futuro. Destaco:

- **45% e 55% de redução de emissões de gases com efeito de estufa** em relação a 2005 (anterior 30%-40%);
- **35% de eficiência energética** (anterior 30%);

- **47%** de incorporação de **renováveis** no consumo final de energia (anterior 40%).

O PNEC estabelece igualmente um conjunto de objetivos, transversais à economia, e aponta linhas de atuação para a concretização das metas estabelecidas.

Parte-se de trabalho já desenvolvido no contexto da CA2 -Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular - Ca2 que no último ano consolidou uma lista de políticas e medidas para a descarbonização nos diferentes setores – o designado SPeM (Sistema Nacional de Políticas e Medidas).

Apesar de todos os setores contribuírem para a redução de emissões, cabe ao sistema energético o maior contributo e, em particular à produção e consumo de energia e aos transportes.

É por isso que é na área da energia que este plano vai mais longe, visando responder às 5 dimensões da União da Energia.

Meus Caros e minhas Caras,

Alcançar as metas de redução de emissões estabelecidas implica, a **descarbonização do sistema electroprodutor**. Portugal é rico em recursos renováveis que têm um enorme potencial por aproveitar.

O PNEC prevê assim uma reconfiguração do sistema elétrico nacional. Atingir **80% de fontes renováveis na produção de eletricidade em 2030** implica uma **duplicação da produção renovável** e o **encerramento das**

centrais electroprodutoras a carvão, até 2030, conforme compromisso assumido pelo Governo.

Sabemos que as tecnologias que atualmente têm menores custos são a eólica e a solar e estas serão as principais apostas na próxima década.

Vamos por isso lançar, ainda este ano e com continuidade, **leilões de energia renovável** dirigidos ao solar. Este é um modelo testado e que deu provas de eficácia em vários países europeus.

Estamos a desbloquear o **sobreequipamento eólico** e a regulamentar o **repowering**, o que permitirá colocar no terreno os pedidos pendentes de aprovação.

Nas soluções que preconizamos mantém-se naturalmente o objetivo de reduzir os custos da eletricidade para os consumidores domésticos e industriais.

Nesta transição, a **eficiência energética é e continuará a ser uma prioridade**.

O PNEC identifica a eficiência energética, associada também ao uso eficiente de recursos, como um dos objetivos estratégicos, transversal à economia e intrinsecamente ligado à sua competitividade. É por isso que estabelecemos uma meta para 2030 superior à europeia – 35%.

Nesse quadro, pretendemos dar um enfoque especial à eficiência energética na indústria de forma a elevar os padrões da indústria nacional

no que respeita à sua intensidade energética, atualmente superior à registada na Europa.

Destaco também a promoção da eficiência energética nos edifícios, com enfoque na requalificação e renovação de edifícios, privilegiando o princípio da “reabilitação como regra”, visando a melhoria das condições de habitabilidade, reforçando o conforto térmico e reduzindo os consumos de energia, contribuindo para o combate à pobreza energética.

Este Governo já lançou diversas iniciativas de promoção da eficiência energética, das quais destaco o Programa **Casa Eficiente** que está a canalizar 200 M€ para a eficiência energética nos edifícios de habitação e a **linha de apoio à Eficiência Energética**, que conta com uma dotação de 100 M€, dirigida a pequenas e médias empresas, recentemente lançada no contexto do Programa Interface.

Assumir a eficiência energética como prioridade política implica criar as condições para uma melhor gestão dos consumos e promover alterações comportamentais face à energia, fazendo uso de tecnologias inteligentes e de mais e melhor informação, desafios consagrados no PNEC.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há uma clara aposta na eletrificação da economia, enquanto principal vetor de descarbonização. Apesar de esta ser uma tendência transversal, é nos transportes que esta evolução será mais assinalável.

Recordo que os transportes são responsáveis por cerca de 24% das emissões nacionais de gases com efeito de estufa e por isso, um dos principais setores a abordar no PNEC.

É também o setor em que se esperam maiores disrupções na próxima década, em que a mobilidade elétrica e partilhada assume protagonismo. Em que a mobilidade autónoma começará a trilhar caminho.

O PNEC estabelece uma meta para renováveis nos transportes de 20%, que em parte é respondida por um significativo aumento do consumo de eletricidade nos transportes que passa a representar 10% dos consumos.

Esta será necessariamente acompanhada de um reforço da rede pública de carregamento, a par do desenvolvimento de soluções para empresas em parques de estacionamento.

A descarbonização da mobilidade não se esgota na promoção da mobilidade elétrica. Uma aposta continuada no transporte público, que altere os padrões de mobilidade dos portugueses e inverta as tendências de anos recentes, é certamente uma das mais importantes medidas de descarbonização e de eficiência energética que conseguimos antever.

O Programa de Apoio à Redução dos Tarifários (PART) e o recente lançamento dos concursos para o Metro de Lisboa, para a CP e para a aquisição de novas embarcações para a Transtejo, o apoio à descarbonização das frotas públicas de transportes apoiada pelo POSEUR, com a aquisição de 750 autocarros limpos, dos quais 159 elétricos, que demonstram o empenho do Governo na promoção do transporte público.

Estamos também a criar as condições para o desenvolvimento da mobilidade ativa, principalmente nas cidades, e da mobilidade partilhada e conectada que começará a assumir expressão na próxima década.

Minhas senhoras e meus Senhores,

Igualmente importante para assegurar a transição energética, garantindo simultaneamente a segurança do abastecimento, é o desenvolvimento das redes de transporte e distribuição.

Estas redes serão inteligentes e flexíveis, preparadas para uma maior integração da produção renovável e para a participação de diferentes agentes do sistema. Estas redes deverão estar preparadas para acompanhar a evolução da produção descentralizada, da microprodução, dos dispositivos de armazenamento de energia e da mobilidade elétrica.

Minhas Caras e Meus Caros,

A transição energética e a descarbonização da economia **constituem oportunidades de crescimento para a economia Portuguesa.**

Para um país com os ativos naturais de Portugal, faz todo o sentido: orientar os investimentos públicos para uma economia descarbonizada; criar o enquadramento necessário para que o setor privado continue a inovar e a apresentar produtos e serviços que, satisfazendo as necessidades dos agentes do mercado, em simultâneo, reduzam os impactes ambientais inerentes à sua produção e consumo.

A existência de uma política clara em prol de uma economia neutra em carbono constitui uma alavanca para a inovação, para a criatividade e para a competitividade das empresas.

As novas tecnologias associadas à transição energética e à descarbonização da economia originam o desenvolvimento de novos setores económicos e de novas oportunidades de emprego.

Um relatório recente da **Organização Internacional do Trabalho** afirma que, se as políticas corretas para uma economia verde forem postas em prática, **em 2030 poderão ser criados a nível mundial cerca de 18 milhões de postos de trabalho (líquido)** que resultarão da adoção de práticas sustentáveis, nomeadamente decorrentes da mudança no mix energético, do uso de veículos elétricos, do aumento da eficiência energética nos edifícios futuros e existentes, entre outros.

Torna-se, assim, claro que uma há vantagens económicas e financeiras para o nosso país, uma vez que **é capaz de gerar emprego e bem-estar social**.

É, pois, fundamental ensinarmos todo este mundo novo aos alunos das várias áreas do saber, nomeadamente nas áreas da economia, gestão e finanças e que este constitui um fator de competitividade essencial já hoje e ainda mais no futuro.

É também fundamental assegurar uma transição justa neste processo, garantindo a justiça social na forma como os investimentos necessários são financiados.

Existirão investimentos públicos associados à construção das chamadas infraestruturas sustentáveis, e como tal de médio e longo prazo, **mas é preciso reconhecer que a maioria dos investimentos serão despoletados pelas empresas e consumidores¹, através da dinâmica de mercado na compra e venda de bens e serviços mais “verdes”.**

É, por isso, importantíssimo, por um lado, encontrar as políticas fiscais que garantam uma justiça intergeracional, de forma a não deixar ninguém para trás e a assegurar a criação de postos de trabalhos de elevada qualidade e, por outro, introduzir no setor financeiro os estímulos necessários para que este empreste e invista dinheiro em projetos e empresas que apresentem soluções para a economia descarbonizada.

Na realidade, já existe uma dinâmica internacional de reorientar os fluxos financeiros para financiar esta nova economia neutra em carbono e circular.

Destaco:

- A eliminação de subsídios prejudiciais ao ambiente e políticas de preço de carbono, cujas receitas devem ser recicladas para a descarbonização;
- O compromisso Europeu de que 25% das despesas da UE contribuam para a ação climática;

¹ Página 17 da Estratégia Europeia de Longo Prazo

- A aposta em Obrigações Verdes por parte de vários Estados europeus, enquanto sinal claro do compromisso de curto, médio e longo prazo para com a neutralidade carbónica e circularidade.
- o Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, apresentado pela Comissão Europeia, que visa criar o enquadramento necessário para que o setor financeiro alinhe os fluxos de capital com a descarbonização, economia circular, bioeconomia e valorização dos serviços dos ecossistemas.

É, por isso, fundamental alinhar o financiamento com os objetivos das políticas nacionais e garantir que não contraria os objetivos de descarbonização da economia e a transição energética associada.

Para que o potencial de investimento e, consequentemente, de crescimento se concretize, é fundamental que a política pública dê sinais claros e de longo prazo aos investidores; que evite a exposição aos *Stranded Assets*; e que promova práticas de finanças sustentáveis que permitam direcionar o capital de forma mais produtiva para as áreas descarbonização e para as infraestruturas sustentáveis.

Ao nível dos sinais a médio e longo prazo, penso que é importante para todos ter consciência de que o **Plano Nacional de Investimento (PNI)** consagra a descarbonização da economia como uma das áreas estruturantes, contemplando mais de 66% do investimento em áreas que contribuem para os objetivos do PNEC. Esta Plano evidência assim uma aposta do país em infraestruturas sustentáveis, colocando a

descarbonização da economia também no centro da visão de desenvolvimento para o país.

O PNEC é uma parte importante da visão que defendemos para um país neutro em carbono, como o são também outros planos e estratégias setoriais que com este Plano se interligam, e que partilham dos mesmos objetivos de descarbonização da sociedade em linha com uma trajetória de neutralidade.

Uma vez que os principais esforços para a neutralidade carbónica terão lugar na próxima década – até 2030 – o PNEC constitui assim um plano de ação fundamental para que o caminho da neutralidade carbónica seja coerente e esteja assente nas opções mais apropriadas à economia Portuguesa.

Muito obrigado.